

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: *O Estado de São Paulo*Class.: *1170*Data: *03.10.75*

Pg.: _____

Xavantes sitiaram três mil pessoas em Mato Grosso

Do correspondente em
CUIABA

Mais de três mil pessoas estão sitiadas há mais de 15 dias na região de Xavantina, em Mato Grosso, a 310 quilômetros de Barra do Garças, onde os xavantes — que habitam às margens do rio Kuluene interditaram a estrada que liga aquela localidade ao patrimônio de Alto Paraíso. A denúncia foi feita ontem ao presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, pelo deputado Ladislau Cristino Cortes, adiantando que um relatório da situação já foi encaminhado há mais de 12 dias à Fundação, mas até agora nenhuma providência foi tomada.

O presidente da Funai, que chegou no início da tarde de ontem a Cuiabá, para fazer uma conferência e participar de um debate na Assembleia Legislativa, sobre a política indigenista, informou que já havia tomado conhecimento da situação e determinado ao chefe do posto do Kuluene que pedisse aos índios que desobstruíssem a estrada, ao mesmo tempo que suspendeu a entrada de novos colonos na área, para evitar que o problema se torne ainda mais grave.

Ismarth de Araujo negou que tenha sido a Funai quem transferiu os xavantes do posto de Batovi para o Kuluene. Disse que eles foram levados para a região por um instinto natural, pelo qual o índio é sempre levado a voltar a seu local de origem. Segundo ele, estudos já provaram que a região do Kuluene foi o local de origem desse grupo xavante. O deputado Ladislau Cortes afirma, entretanto, que o próprio chefe do posto do Kuluene —

o ex-pastor evangélico Jamiro Batista Arantes — é o principal instigador dos índios, que os manda invadir novas áreas e os incita a praticar violências contra os brancos.

O deputado disse também que os dez milhões de cruzeiros liberados recentemente para indenizar todos os proprietários de terras situadas dentro da reserva xavante de São Marcos não serão suficientes. “Somente uma das fazendas vale mais que dez milhões de cruzeiros”, disse o deputado. O presidente da Funai respondeu, no entanto, que as avaliações foram feitas pelo INCRA e cabe ao proprietário descontente reclamar perante a Justiça Federal, a quem compete as providências legais.